ANPOCS

bib

Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais

1

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Q35 O Que se deve ler em ciências sociais no Brasil / EIÍ Diniz Cerqueira , . . £et ai.] — São Paulo : Cortez ; ANPOCS, 1986.

Resenhas bibliográficas de artigos do BIB-Boletim informativo bibliográfico.

Bibliografia.

ISBN 85-249-0072-5

1. Ciências sociais — Brasil — Resenhas 2, Ciências sociais -— Periódicos — Resenhas I. Cerqueira, Eli Diniz.

86-1732 CDD-300.98J -300.5

índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ciências sociais 300.981
2. Periódicos : Ciências sociais : Resenhas 300.5
3. Resenhas : Ciências sociais : Periódicos 300.5

ANPOCS

CORTEZ EDITORA

bib bib bib bib

o que se deve ler em ciências sociais no brasil

bib 1

edição englobando
BIB de nº 1 a nº 10

o que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil

ANPOCS

Capa: Diana Mindlin

Produção gráfica: Ciça Corrêa

Produção editorial: José A. Cardoso

Revisão: Paulo de Oliveira Soares

Supervisão editorial: António de Paulo Silva

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.
Copyright © by ANPOCS
Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 387 ~ Tel. (OU) 864-0111
05009 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil
Outubro de 1986

SUMÁRIO

Apresentação 7

Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica
Eli Diniz Cerqueira
Renato Raul Boschi 13

Pontos de vista sobre os índios brasileiros: um ensaio bibliográfico
Anthony Seeger
Eduardo Viveiros de Castro 35

Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências
Luiz Werneck Vianna 69

Revolução de 1930: uma bibliografia comentada
Lúcia Lippi Oliveira 95

Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978
Bolívar Lamounier
Maria D'Alva Gil Kinzo 117

Os movimentos "messiânicos" brasileiros: uma leitura
Alba Zaluar Guimarães 141

Relações entre negros e brancos no Brasil
Roque de Barros Laraia 159

População e política populacional no Brasil: uma resenha de estudos recentes
Amaury de Souza 175

A mulher na força de trabalho
Maria Valéria Junho Pena 201

Movimentos saciais urbanos no Brasil
TPedro Roberto Jacobi 221

Estudos e pesquisas sobre família no Brasil
Lia F. G. Fukui 237

APRESENTAÇÃO

O BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico — *já se incorporou ao cotidiano dos pesquisadores na área de Ciências Sociais. Praticamente nenhuma investigação é iniciada sem consulta às suas 22 edições anteriores, a fim de se obter um balanço criterioso da produção existente a respeito dos assuntos nele abordados. O BIB transformou-se, por conseguinte, numa fonte de consulta obrigatória no país e no exterior.*

Trata-se de uma iniciativa muito bem sucedida e o melhor indicador disso é o fato de todas as suas edições mais antigas estarem esgotadas, hoje disputadas como raridades de bibliófilo. Tal situação levou a atual diretoria a promover uma edição comemorativa, desta feita contendo as resenhas bibliográficas dos números 1 ao 10, à qual se seguirá o volume II em breve.

Embora as resenhas mais antigas estejam um tanto desatualizadas, acreditamos que elas têm ainda assim o mérito de propiciarem um testemunho da história das Ciências Sociais no Brasil. Algumas dessas resenhas serão sem dúvida revistas e ampliadas nas próximas edições do BIB formato livro, ora coligidas sob o título O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil.

Parabéns ao editor, aos presidentes e membros dos diversos Comitês Editoriais e aos autores das resenhas já publicadas no BIB e vivas aos próximos!

A DIRETORIA

Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica*

Eli Diniz Cerqueira
Renato Raul Boschi

I

A temática das relações entre Estado e Sociedade tem sido o ponto central de inúmeros estudos que tratam quer dos aspectos relativos ao desenvolvimento do sistema político através do tempo, quer das tentativas de caracterização da constituição e comportamento de grupos sociais específicos. Recentemente esta questão transparece de maneira mais clara na perspectiva analítica de alguns trabalhos empíricos sobre a estrutura do sistema social e político brasileiro, bem como em estudos de natureza teórica, o que lhe conferiu o *status* de problema a um tempo exaustivamente explorado e sempre polémico.

O problema constitui-se, em última instância, na determinação do núcleo dinâmico de determinado sistema, a partir do qual se possa detectar as injunções de outros componentes a ele vinculados. Historicamente, a questão remonta ao próprio processo de formação dos Estados nacionais vistos como a constituição de um poder centralizado, em que teve preponderância ou uma camada burocrático-administrativa ou grupos sociais autónomos. Estudos hoje em dia já clássicos, como o de Barrington Moore, mostram de maneira bastante clara as diferentes nuanças deste processo que conduziram a distintas configurações

* Resenha publicada no BIB n. 1.

do sistema político: em alguns casos, como o da democracia clássica, o núcelo dinâmico do sistema situa-se ao nível de um grupo social específico e suas alianças, no sentido de forjar um modelo "aberto" de participação política; em outros casos, tende a prevalecer a força do núcleo estatal como agente de mudança e equilíbrio entre diversas forças sociais em pugna, delineando-se o modelo alternativo de um sistema autoritário e fechado (Moore, 1975).

Se para o caso dos países- capitalistas de desenvolvimento clássico conseguiu-se captar as referidas variações, no caso dos chamados países de desenvolvimento tardio, parece-nos que a tentativa de captar a complexidade do processo político subjacente à consolidação do capitalismo industrial não se furtou de um certo viés, na medida em que, invariavelmente, salientou-§e o papel determinante do Estado como matriz geradora dos processos sociais. Embora historicamente esta preponderância do Estado como núcleo vital do sistema seja inquestionável, questionável é, isto sim, o pequeno espaço que as análises conferiram à possibilidade de atuação autónoma de grupos sociais.

O presente trabalho é uma tentativa de avaliar os estudos empíricos mais recentes sobre a dinâmica dos processos sociais e políticos no Brasil, buscando explicitar a visão da questão teórica mais abrangente das reiações Estado/Sociedade. Na primeira parte, empreenderemos uma revisão suscinta dos principais autores, para então traçar os contornos do debate teórico que se empreende no cenáiio contemporâneo das ciências sociais no Brasil. Finalmente, procuraremos situar-nos nesta discussão com uma proposí:\de interpretação teórica que se afaste de posições polares.

Observe-se que adotaremos aqui uma perspectiva bastante seleiiva no que diz respeito à inclusão dos textos a serem examinados, dada, obviamente, a natureza abrangente do tema em questão. Em quase todos os casos, tomamos apenas um trabalho significativo em função de um esquema organizativo que nos pareceu útil para a compreensão do material, ou seja, incluindo, em primeiro lugar, os trabalhos dentro de uma ótica do Estado e o processo global de mudança, para em seguida analisar a situação de setores sociais específicos frente aos primeiros. Desta forma, alguns estudos igualmente relevantes não serão aqui abordados senão através de referências bibliográficas.

II

Entre os estudos que tratam a problemática Estado/Sociedade em termos de processos sociais em larga escala situam-se os de Simon Schwartzman (1970), Luciano Martins (1973) e Otávio Guilherme Velho (1976).

Em Schwartzman (1975), a questão aparece sob a forma de antinomia cooptação/representação, onde a relevância ou a preponderância de um dos" termos é antes uma questão empírica do que um dado definível aprioristicamente. No caso do sistema político brasileiro, para esse autor, a visão dos processos sociais dar-se-ia através da ótica do Estado como pólo ativo. Segundo Schwartzman, o Estado não seria meramente o pólo aglutinador dos interesses sociais de grupos específicos e, portanto, a política não seria a simples tradução de demandas dominantes na sociedade em decisões e diretrizes concretas. Se assim o fora, questiona o autor, como explicar o fato de que historicamente verifica-se uma tendência a uma dissociação entre o eixo político e o eixo económico no desenvolvimento do sistema político brasileiro?

A resposta a essa pergunta remete o autor a um detalhado apanhado histórico das relações de poder desde a Colónia até os nossos dias. Em resumo, deve-se atribuir importância à formação de um estado patrimonial, cujas características básicas seriam um acentuado grau de autonomia, centralização e, portanto, dotado de uma relativa capacidade antecipatória na absorção e resolução de conflitos sociais. A possibilidade de se estabelecer um sistema fundado em mecanismos de representação estaria, evidentemente, condicionado à existência de grupos autónomos capazes de formular seus interesses de maneira específica e canalizá-los institucionalmente ao aparato de Estado. Ora, no caso do Brasil, teríamos, ao contrário, a participação política de grupos sociais voltada prioritariamente para a conquista de posições de poder e prestígio dentro da esfera burocrático-administrativa. Isto não apenas fortalece o núcleo central de poder na medida em que se alcança o equilíbrio necessário entre interesses conflitantes, como também dá conta do fato de que a política brasileira tende a se revestir de contornos regionalistas por oposição a uma base de classe. Daí que partam de regiões como São Paulo, onde se localizam grupos sociais potencialmente autónomos, as pressões por um estilo representativo de participação política que, no entanto, não encontram guarida no esquema patrimonialista de poder. O que se verifica é antes o reforço de um estilo alternativo e permanente na política brasileira que o autor denomina de cooptação.

Introduzindo novos elementos a alguns esquemas clássicos de interpretação da política brasileira que colocam a problemática da centralização/descentralização como eixo da política através do tempo, o autor salienta que o confronto seria antes entre um sistema político representativo e um sistema real patrimonial e hierárquico de autoridade.

Dentro deste esquema, e este é um ponto que nos parece longe de ser inquestionável, a possibilidade de emergência de um sistema representativo não é mais que um vir-a-ser sempre contido pela ação antecipatória do Estado nos moldes cooptativos, ou seja, o Estado, nos termos em que é definido, tende a inibir os impulsos passíveis de gerar grupos autónomos fortes, capazes de impor formas alternativas de estruturação do poder.

Para Luciano Martins (1973), embora a política seja vista como intimamente vinculada ao jogo de interesses, distanciando-se, neste particular, da ótica de Schwartzman, a atuação dos grupos sociais é ainda colocada como elemento subordinado e dependente face à presença de um Estado ativo, concebido como campo privativo das elites. Embora os pressupostos teóricos desta colocação não transpareçam com muita clareza, tudo indica que o autor tem uma concepção de poder público como sendo de alguma forma uma resultante das relações de força que se configuram na sociedade. Com isto não queremos dizer que Martins incorra no reducionismo de ver o Estado como um mero reflexo dos interesses de um grupo dominante, mas que a problemática das alianças entre setores de elite constitui um elemento central no entendimento das relações entre o Estado e a sociedade. Este jogo de alianças se dá dentro dos parâmetros impostos pela preponderância da ação estatal. Tal concepção teórica torna-se mais evidente na utilização frequente que o autor faz da ideia de modernização conservadora como traço marcante da evolução do sistema político brasileiro.

Tanto quanto o emprego da noção de patrimonialismo em Schwartzman, a modernização conservadora, tal como utilizada por Martins, ganha o sentido de um atributo originário e permanente. Vale dizer, basicamente, existiria como que uma lógica imutável presidindo as relações entre Estado e sociedade, minimizando-se, portanto, a possibilidade de detectar especificidades relativas a diferentes estágios de evolução do sistema.

Ainda dentro de uma abordagem que chama a atenção para os aspectos mais gerais da evolução do sistema social e político brasileiro, pode-se situar o trabalho de Otávio Guilherme Velho (1976), cujo foco central é a análise do campesinato frente à

expansão do modo de produção capitalista. A expressão "capitalismo autoritário", cunhada pelo autor para designar a natureza desta expansão no caso brasileiro, revela bastante bem a importância atribuída ao Estado como núcleo do processo de transformação, devido entre outras coisas ao papel que historicamente foi chamado a desempenhar tanto no que se refere à manutenção de formas repressivas de trabalho, quanto no que concerne à sua importância no processo de comercialização da agricultura.

Outro aspecto envolvido na colocação de Otávio Velho tem a ver com a preocupação de captar a simultaneidade do processo de mudança e permanência, lançando mão de certos aspectos contidos na análise de Barrington Moore acerca de um estilo de mudança que não implica rupturas radicais com o passado. Isto chama a atenção para um ponto recorrente na literatura, qual seja, o fato de que não apenas' a atuação de uma determinada classe foi historicamente importante no sentido da instauração de sistemas abertos de participação, como também, nos países de industrialização tardia, a inexistência dessas condições configuraria uma situação de mudança gradual, em que elites emergentes e tradicionais coexistiriam através de um processo de acomodação. A ruptura abrupta e radical com o passado não parece ser a característica presente no caso brasileiro, onde em nenhum sentido poder-se-ia falar numa revolução burguesa. A ênfase recai, portanto, no aspecto da permanência das estruturas antigas, delineando-se um processo em que, para usar as palavras do autor, tem-se a colocação de "novos rótulos em velhas garrafas".

Tanto em Martins quanto em Velho, a ênfase no papel do Estado parece coincidir com uma visão de que o aspecto da conservação tende a predominar sobre o da renovação. Em outras palavras, um esquema alternativo que deslocasse a ótica para o lado da atuação dos grupos sociais poderia conferir maior visibilidade aos aspectos da renovação, já que, por definição, cumpriria exatamente ao Estado a prerrogativa da manutenção e integração do sistema.

Focalizando a seguir as análises que destacam a atuação de setores sociais específicos frente ao Estado, observa-se que, mesmo nestes casos, a capacidade de iniciação que emana da sociedade é de certa forma minimizada pela presença de um Estado forte e ativo.

O trabalho de Aspásia Alcântara de Camargo (1974) focaliza a mobilização camponesa frente ao pacto populista após uma análise, nos mesmos moldes dos trabalhos até aqui revistos,

da evolução histórica do sistema político brasileiro com especial ênfase no período republicano. Para esta autora, a questão das relações entre Estado e sociedade civil é equacionada em termos, não da presença de um Estado essencialmente forte por si mesmo, mas da existência de uma sociedade civil fraca e pouco organizada. A força do Estado reside mais no seu papel estratégico de mediação frente ao sistema internacional e como pólo aglutinador das diversas forças heterogéneas presentes no cenário interno. Apesar das diversas mudanças verificadas no sistema político através do tempo pode-se, segundo a autora, extrair uma tendência genérica a que o Estado se antecipe à ação potencialmente conflitiva de grupos e classes sociais, atendendo parcialmente às suas demandas, instaurando um formato que situa de antemão os parâmetros da participação desses grupos.

Tal foi o caso, por exemplo, da incorporação das ligas camponesas e dos sindicatos rurais ao pacto populista, configurando-se um estilo de movimento coletivo em que o papel do Estado como agente mobilizador assume o primeiro plano. Embora as bases deste movimento tivessem na sua génese uma lógica própria de funcionamento, no sentido de sua organização interna, iniciação de demandas e alguns de seus componentes ideológicos, cumpriu ao Estado a incorporação da questão camponesa à própria dinâmica da política nacional. Em outras palavras, o reforço da posição do Estado reside, paradoxalmente, na sua capacidade de incorporar os conflitos como questão pertinente ao seu próprio âmbito, e não mais ao âmbito da sociedade.

Em artigo recente, Camargo (1976), este aspecto do papel ativo do Estado torna-se ainda mais explícito no esforço da autora em demonstrar que as alterações fundamentais nas alianças políticas são desencadeadas e resolvidas através de mecanismos inerentes ao próprio funcionamento das estruturas políticas.

O que esta análise não permite qualificar, como de resto em geral os trabalhos até agora revistos, são os elementos propulsores irradiados a partir da sociedade civil, cuja evolução pode levar a uma situação de impasse para o sistema político, forçando uma redefinição de alianças e a busca de novas bases sociais de apoio.

Outro setor social que mereceu uma atenção específica por parte da literatura é a burguesia industrial. Tratada de maneira não sistemática numa série de trabalhos, sua atuação frente ao

Estado, seu papel político e ideologia constituem, por outro lado, objeto de uma análise mais aprofundada em pesquisas empreendidas por Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins e, mais recentemente, pelos autores do presente trabalho (Cardoso, 1972a; Martins, 1968; Cerqueira, 1976).

No estudo das relações entre sociedade e Estado, o papel da burguesia industrial é importante, dado que o formato político que se instaura nos países de desenvolvimento tardio é colocado em relação direta com a ausência de hegemonia burguesa. Tanto o estudo de Cardoso quanto o de Martins têm em comum o fato de tomarem como ponto de partida a visão da burguesia brasileira como um grupo não hegemónico, dotado de fraca capacidade de articulação e organização política. Embora a caracterização da burguesia como grupo não hegemónico tenha representado um importante passo no sentido de uma reflexão mais acurada sobre seu papel político nos países periféricos, por outro lado, consolidou-se a visão deste setor social como ator político de pouca relevância, o que de certa forma deslocou o foco de atenção, na produção das ciências sociais, para outros grupos tais como tecnocratas, militares e burocráticos (Martins, 1974; Campos Coelho, 1976; Stepan, 1971; Oliveira, 1976). Além disso, parece que a ênfase da literatura social e política na última década voltou-se predominantemente para uma preocupação com processos mais amplos de transformação, enfocando as alterações na ordem internacional e suas repercussões internas (Cardoso, 1970; 1971).

Recentemente, porém, a preocupação com o tema das relações entre Estado e sociedade foi retomada numa direção em que se torna crucial não apenas o levantamento de dados exaustivos sobre a natureza e estrutura da atividade estatal, mas também sobre os diferentes grupos que constituem os pilares da nova ordem política tendo em vista a complexidade económica e social crescente do desenvolvimento capitalista no país. Assim, o esforço de pesquisa tem-se concentrado nos padrões de expansão e diferenciação da estrutura estatal, além de retomar o papel desempenhado pelas elites políticas, a própria burguesia e os grupos multinacionais.[1]

Este tipo de preocupação é o que informa o trabalho que os autores vêm desenvolvendo sobre as relações entre o setor

1. Uma série de pesquisas sobre o tema vem sendo desenvolvida no IUPERJ enfocando elites políticas, padrão de expansão do Estado e relações de diversos grupos de elite com o Estado. Também na FINEP existe substancial esforço empírico nesta direção.

privado e o Estado no Brasil, cuja primeira parte consistiu num estudo sobre a elite industrial brasileira, procurando recuperar a importância da burguesia enquanto ator político (Cerqueira, 1976). Um dos pontos centrais deste trabalho é o de procurar captar o lado mais ativo da participação do empresariado industrial face ao processo de diversificação do aparelho estatal, aspecto esse que não foi adequadamente enfocado nos dois estudos anteriores sobre o tema. Nestes, apesar do esforço em situar a especificidade do contexto político da burguesia nacional, negando a validade de análises informadas pelas características da atuação deste grupo nos países centrais, reproduz-se a tendência que se pretendia refutar da adoção de um modelo ideal de burguesia forte. Em outras palavras, o ponto de referência para a avaliação do comportamento político da burguesia brasileira segue sendo a burguesia organizada e participante dos países democráticos avançados.

A continuidade desta linha de investigação é oportuna na medida em que se introduz uma nova forma de analisar a questão do crescimento da máquina estatal e a de intervenção crescente do Estado na economia, uma temática classicamente abordada pelos economistas, dentro de uma perspectiva que, no entanto, sistematicamente exclui a relevância da dimensão política. Este aspecto permanece marginal até mesmo em estudos mais cuidadosos como o recente volume do grupo do IPEA sobre a participação do governo na economia, o qual, embora contendo estudos importantes para a definição dos limites da atuação estatal, deixa em segundo plano, pela ausência de referências, a contribuição da ciência política para o entendimento mais correto do problema (Rezende, 1976).

Entre os últimos trabalhos que se dedicam à questão do operariado dentro de uma ótica das relações entre Estado e sociedade civil pode-se mencionar o de Luiz Werneck Vianna (1976) e Almeida (1975), cuja novidade em relação aos estudos anteriores sobre o tema consiste na visualização da classe operária como dispondo de uma maior área de manobra frente ao Estado do que comumente é apresentado na literatura. Vianna realiza um apanhado histórico dos movimentos grevistas durante a República Velha, bem como a história da formação da estrutura sindical brasileira em suas inter-relações com o Estado e a burguesia industrial no processo de implantação da legislação trabalhista. O ponto central desta análise histórica reside no tratamento dispensado ao movimento operário que implica um rompimento com a visão tradicional de que se tratava basicamente de um movimento subordinado e dependente,

tutelado pelo Estado, tal como se pode depreender da abundante literatura sobre populismo no Brasil. Um exemplo disto se expressa na colocação que o autor faz no que concerne à participação do operariado no esquema de sustentação do poder após o Estado Novo com a progressiva transformação da estrutura corporativa num sentido menos rígido. A visão de Vianna sugere, desta maneira, um entendimento das relações Estado/ Sociedade em que a primazia que se confere ao Estado não encobre necessariamente o papel dinâmico que uma determinada força social pode desempenhar. Sem embargo, o papel ativo conferido por Vianna ao operariado, no limite, conduz a um certo otimismo com relação às possibilidades de evolução do regime instaurado após 64 em direção a um sistema mais aberto, o que não nos parece ser propriamente o caso. Para o autor, parece que as pressões por maior autonomização e competição, que emanam diretamente da lógica de funcionamento do mercado, configurariam uma ordem liberal a despeito do regime autoritário. Conforme bem o demonstrou Wanderley Guilherme, antes de ser incompatível com a lógica de mercado, o regime autoritário historicamente se implantou para criar maiores condições à plena expansão em moldes capitalistas (Santos, 1975). Em outras palavras, o autoritarismo, na sua origem, se desenvolve, não para negar a ordem burguesa, mas para fortalecê-la.

No que se refere ao estudo dos militares, cabe salientar o trabaiho de Edmundo Campos Coelho cuja colocação, além de um excelente apanhado histórico sobre a evolução da corporação militar, tem a vantagem de examinar o Exército como uma organização em seu próprio mérito. Vale dizer, as poucas e mal fundamentadas referências contidas na literatura sobre o papel dos militares na política tendem, segundo o autor, ou a ter como pressuposto básico uma visão implícita da "classe política", segundo a qual o militar agiria comandado pelos interesses de grupos sociais, ou a incorrer no reducionismo de identificar a ideologia do militar como correspondendo a de uma classe social específica em vista das suas supostas origens de classe média. Segundo o autor, ambas estas perspectivas incorrem em juízos externos que não apenas colocam a corporação militar a reboque da sociedade civil, como também não desvendam o problema de sua atuação política (Campos Coelho, 1976).

Poder-se-ia afirmar que *os militares constituem um grupo em* relação ao qual facilmente poderiam surgir ambigüidades no caso da utilização de um esquema maniqueísta das relações Estado/Sociedade. De fato, ou prevalece a tendência a redu-

zi-lo à sociedade civil, que é a vertente criticada por Coelho, ou prevalece a tendência a identificá-lo com o próprio Estado, agora que sua intervenção na vida política amadureceu e consubstanciou-se na vigência de uma série de regimes militares.

Talvez o principal mérito do trabalho de Coelho seja exatamente o de jogar por terra esta tendência que, de resto, como salienta o autor, leva a uma percepção quase que imutável do papel das diversas intervenções militares, além de redundar numa visão estática do aparelho de Estado. Fundado numa noção do Estado como organização na qual a política de clientela torna o seu controle um objeto de competição, lado a lado a uma concepção do exército como organização que progressivamente se autonomiza frente às pressões da sociedade civil, o autor consegue captar tanto a dinâmica de evolução da corporação militar, quanto suas injunções no que diz respeito ao crescente controle de um aparelho de Estado também em mudança. Ao contrário do que poderia ser a suposição, é exatamente o enfoque sobre uma organização específica que permite que a análise se remeta às relações desta com seu meio ambiente.

Daí que o autor consiga com êxito situar a problemática da organização militar na política brasileira sem ter de recorrer a uma definição rígida de fronteiras entre Estado e sociedade civil.

Até este ponto vínhamos considerando os estudos referentes às relações de diferentes grupos sociais com o Estado. Interessa-nos a seguir examinar a questão da institucionalização das diferentes formas de acesso de vários grupos ao sistema político, como sejam as associações de interesse e os partidos.

Quanto às primeiras, cabe ressaltar o estudo de Schmitter que se constitui num dos mais sugestivos e abrangentes relativos à implantação, consolidação e condições de funcionamento da estrutura de representação de interesses no Brasil (Schmitter, 1971). Enquanto preocupado com a problemática do desenvolvimento político, o autor dá ênfase à questão da diferenciação e complexidade crescentes das diferentes estruturas organizacionais do setor público e do privado. Neste sentido, avança bastante em termos da caracterização das formas alternativas de acesso ao poder desenvolvidas pelos diversos grupos, na tentativa de precisar o grau de influência e os recursos de poder possíveis de serem utilizados, apontando ainda a fase do processo decisório em que uma interferência por parte de grupos da sociedade civil pode ser eficaz. Por outro lado, um ponto que nos parece da maior relevância no sentido da compreensão dos

mecanismos que vinculam os grupos de interesse ao Estado, qual seja o da interpenetração entre os processos de diferenciação das estruturas estatais e do setor privado, não foi levado em conta pelo autor, que os trata antes como processos paralelos.

Em artigo mais recente, Schmitter explora as implicações de sua análise anterior num veio de teorização sobre o corporativismo (Schmitter, 1974). Este trabalho representa um avanço no sentido de tornar mais flexível o esquema clássico de corporativismo que tende a colocar a questão da especialização funcional dentro de um quadro hierárquico tutelado pelo Estado, na medida em que não apenas é empreendida uma revisão das teorias corporativas, como também sugere-se a sua aplicabilidade a contextos outros que não o autoritário. Este último ponto remete o autor a uma distinção entre corporativismo societal e corporativismo estatal que se constitui num importante elemento para a avaliação da capacidade de iniciativa e instauração de formatos institucionais emanando da própria sociedade.

Na verdade, em todo o trabalho de teorização desenvolvido nos últimos anos a partir da noção de corporativismo, essa distinção tem sido objeto de explorações mais profundas, ainda que, por enquanto, de caráter não empírico. O trabalho de Guillermo 0'Donnell, por exemplo, apresenta sugestivas contribuições teóricas sobre o corporativismo como um entre vários possíveis estilos de estruturação da representação de interesses, com particular ênfase no contexto de sistemas políticos autoritários. A ideia que nos parece mais profícua em termos das relações Estado/Sociedade reside na exploração do que o autor chama de "caráter bifronte do corporativismo" (0'Donnell, 1976). Com isto o autor quer designar a simultaneidade do processo, por um lado, de penetração do Estado na sociedade pela conquista de organizações civis e, por outro, uma tendência inversa a que os interesses organizados da sociedade civil se apropriem de segmentos ou setores da atividade estatal. Ao contrário das sociedades democráticas onde a tendência privatista é a única que prevalece, a combinação das tendências privatizantes e estatizantes seria, segundo o autor, característica do chamado modelo de estado burocrático-autoritário.

O que nos parece importante no tratamento da noção de corporativismo como um capítulo das relações que ora nos ocupam é o fato de que este tipo especial de modelo de representação de interesses deva ser visto dentro de um quadro de permanentes transformações, além de se poder dar conta da sua génese, que tem sido um aspecto não satisfatoriamente coberto

na literatura. 0'Donnell aponta teoricamente para algumas destas transformações, particularmente quando, ao tratar o Estado burocrático-autoritário em termos dos processos de profundização e expansão, sugere como a penetração do Estado em diversas esferas da atividade económica, por um lado, e da multiplicação horizontal de suas agências, por outro, resultou numa complexificação de toda a estrutura de canais de acesso da sociedade em direção ao Estado.

Cumpre, porém, rechear empiricamente esses modelos verificando, por exemplo, no caso concreto do Brasil, em que medida a proliferação de canais de mediação altera, em primeiro lugar, as funções da estrutura corporativa clássica, presidida pelo Estado. Em segundo lugar, deve-se também levar em conta a maneira pela qual o surgimento de associações paralelas fraciona ainda mais o setor privado em sua capacidade organizativa. Por último, não se deve perder de vista o fato de que a complexidade crescente das estruturas de mediação tem um impacto sobre a capacidade de coordenação do próprio Estado, quer no sentido do estabelecimento de políticas globais, quer no sentido de decisões setoriais, já que a característica fundamental daquele processo tende a ser a da vinculação compartimentalizada entre esferas da burocracia estatal e setores específicos da atividade privada.[2]

Embora 0'Donnell tenha ressaltado com acerto a questão da porosidade do esquema de dominação estatal à penetração de grupos privados, sua concepção do funcionamento do modelo corporativo no sistema burocrático-autoritário se ressente ainda de um certo fechamento no que diz respeito à consideração dos setores populares no âmbito do modelo. Em outras palavras, conquanto efetivamente o corporativismo seja por definição um sistema elitista, não se pode restringir à burguesia nacional e ao setor multinacional as possibilidades de fazer face à excessiva manipulação e controle por parte do Estado, como o autor deixa entrever. Quando pouco, não podemos esquecer que, afinal de contas, as pressões para a transformação do regime não passam apenas pela insatisfação circunstancial de setores da elite dominante com o sistema vigente.[3]

---

2. Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi exploram empiricamente esta questão em *Empresariado nacional: Ideologia e atuação política nos anos 70.* mimeo, IUPERJ, 1976.

3. Reportamo-nos ao texto de Luiz Werneck Vianna, citado acima, onde o autor explora a questão da autonomização da classe operária como possível fonte de pressões liberalizantes.

De vez que estamos apenas preocupados em ressaltar certas tendências básicas da literatura, não nos ocuparemos em maiores detalhes de outros trabalhos que abordam as relações Estado/ Sociedade pelo prisma da estrutura corporativa.[4] Passaremos, a seguir, ao exame de um outro tipo relevante de vinculação entrs Estado e sociedade, qual seja a estrutura partidária.

Nesta linha de preocupações, sobrassai o recente trabalho de Maria do Carmo Campello de Souza que se constitui numa revisão crítica das análises mais correntes sobre a natureza do sistema partidário brasileiro entre 1945 e 64.[5] O primeiro aspecto que traduz uma inovação na maneira de visualizar a problemática tem a ver com uma compatibilização que a autora consegue realizar através de sua análise entre duas tendências geralmente tratadas como mutuamente excludentes.

Admitindo fatos amplamente conhecidos como a primazia do Estado na formação e estruturação do sistema partidário, a concentração de poderes no executivo, o fechamento do processo decisório e também a ausência de função "governativa" por parte dos partidos no sentido da formulação de políticas, a autora procura, simultaneamente, apreender as afinidades da estrutura partidária com os interesses que ela se propõe representar. Esta visão se expressa particularmente no que diz respeito à sua interpretação do aumento dos votos dados às coligações e coalizões partidárias nas eleições legislativas, bem como do incremento dos votos em branco e nulos, não apenas como sinais de desagregação e esvaziamento da estrutura partidária, senão como indicadores de uma tendência ao realinhamento e evolução da estrutura partidária no sentido de alcançar caráter mais representativo. A partir desta perspectiva, a autora rompe com estereótipos tão difundidos quanto empiricamente infundados, tais como a ideia de que a crise institucional brasileira consistiria basicamente na presença de um legislativo conservador em contraposição a um executivo modernizante e reformista. Ao contrário, segundo os dados analisados por Campello de Souza, observa-se-ia no legislativo uma tendência no sentido do fortalecimento gradual da representação dos setores urbanos, paralelamente ao declínio da representação dos setores tradicionais, o que permite situar a crise institucional em termos de um legislativo que eventualmente viria a exigir uma parcela maior

---

4. A bibliografia sobre corporativismo atual já é bastante vasta. Ver principalmente os artigos reunidos em James Malloy (ed.), 1976.

5. Maria do Carmo Campello de Souza, 1976. Podemos ainda encontrar análises sugestivas sobre o tema nos trabalhos de Gláucio Ary Dillon Soares, 1973 e Simon Schwartzman, 1975.

de poder, incompatível com a amplitude das prerrogativas do executivo. Em outras palavras, a crise não expressaria um sistema partidário agonizante senão que uma revitalização a um tempo da estrutura partidária e do legislativo, paralelamente ao fortalecimento do Estado, enquanto *locus* central do poder.

Em termos das relações Estado/Sociedade, esta perspectiva nos parece rica no sentido de que consegue detectar possibilidades de evolução autónoma em estruturas subordinadas a um Estado forte e altamente burocratizado.

III

O debate sobre Estado e sociedade no Brasil se revestiu de grande atualidade quando, ao se confrontarem as diversas perspectivas expostas em análises anteriores, um certo número de autores desenvolveram e especificaram seu ponto de vista, em discussão apresentada no n.° 14 da revista *Dados.* Este debate envolveu as colocações de Simon Schwartzman em resposta a críticas iniciais formuladas ao seu trabalho *São Paulo e o Estado Nacional*[6] onde, ao mesmo tempo em que explicita suas posições, o autor critica certos pressupostos das análises de Fábio Wanderley Reis e Fernando Henrique Cardoso sobre aspectos do processo político brasileiro. Estes últimos autores, por sua vez, também prolongam o debate, respondendo às objeções e ampliando noções contidas *em trabalhos* anteriores. Os textos principais são: (Reis, 1974; 1976; 1975; Cardoso, 1973; 1974; 1975).[7] Para efeito do nosso comentário, deixaremos de lado as discussões em torno das interpretações do processo eleitora] recente, para nos concentrarmos nas visões subjacentes acerca das relações Estado/Sociedade propostas por cada autor.

Em Schwartzman, embora as colocações que aparecem no debate representem uma qualificação de proposições anteriormente definidas de forma menos flexível (e se assim não fora o debate não teria sentido, já que, de fato, ele representa avanço

---

6. As análises de Simon Schwartzman em torno do tema representação-cooptação encontram-se principalmente no artigo "Representação e Cooptação Política no Brasil", *Dados* 7 e no livro *São Paulo e o Estado Nacional,* ambos citados acima.

7. A polémica, sob o título genérico *As eleições e o problema institucional,* aparece em *Dados* 14, compreendendo os trabalhos de *Simon* Schwartzman, *Estado e sociedade no Brasil;* Fábio Wanderley Reis, *A Revolução é a geral cooptação* e Fernando Henrique Cardoso, *Notas sobre Estado e sociedade.*

significativo), a dicotomia representação/cooptação permanece inserida num modelo analítico um tanto fechado, no sentido de ser informado por uma visão muito centrada no pólo da primazia estatal. Na sua análise concreta em *São Paulo e o Estado Nacional*, ficava bastante presente como técnica da argumentação o formato essencialmente patrimonialista do Estado brasileiro e seu correlato, a cooptação política, ofuscando em grande medida a força do poder privatista e das tendências representativas que o autor colocava em relação antinômica com as primeiras. A primazia do pólo patrimonialista, visto como padrão dominante na formação histórica brasileira, em certa medida colocava em risco, tanto as pretensões do autor em empreender uma análise de cunho essencialmente histórico, quanto sua tentativa de descartar teoricamente um modelo que desse conta das diferenças entre formatos políticos ao longo de distintos sistemas, fundada na noção de cultura política. No artigo de *Dados, o* autor dá mais ênfase às possíveis tensões entre os núcleos patrimonialista e privatista, além de situar o plano da verificação empírica a questão do primado do Estado ou da sociedade. Ficou, porém, a descoberto, tanto a questão da abordagem histórica, quanto a do caráter culturalista envolvido na noção do patrimonialismo como um traço perene e originário, aspectos esses retomados na crítica de F. W. Reis e F. H. Cardoso. O problema que nos fica, contudo, é o fato de que, apesar de encerrar o debate com um "rejoinder" sobre suas vantagens no sentido de iniciar a discussão contextualizada sobre os prospectos de abertura no sistema político brasileiro, a forma como as características de cooptação e suas implicações nos são apresentadas praticamente inviabilizam qualquer dose de otimismo que se possa ter quanto à institucionalização de um sistema de representação no país.

Tanto em Fábio Reis quanto em Cardoso, essa possibilidade é tratada como algo mais palpável. Para o primeiro, a visão polarizada da relação Estado/Sociedade é rechaçada em nome da necessidade de se adotar uma visão integrada, onde o que se deve levar em conta é a possibilidade da coexistência de processos comumente vistos como antitéticos, além do peso de características específicas de estágios sucessivos de desenvolvimento político. Em outras palavras, a colocação de Fábio Reis prevê, como viemos enfatizando ao longo do presente artigo, a recuperação do dinamismo da sociedade civil, na medida em que o seu debilitamento pode corresponder a um determinado estágio de desenvolvimento político, passível de transformação em outras direções numa fase posterior.

Outro ponto bastante relevante na argumentação de Fábio Wanderley Reis diz respeito à sua defesa de uma postura analítica que permita conceber a simultaneidade de uma forte presença estatal e de formas de representação que expressem a vitalidade da socidade civil. A contrapartida desta postura, que consiste *em* visualizar o Estado forte dentro de um modelo no qual os seus diversos elementos estão solidária e necessariamente inter-relacionados, leva, *no* limite, a uma confusão aliás bastante recorrente, entre capacidade de penetração do Estado na sociedade (de que a intervenção do Estado na economia é apenas um exemplo) e tipos de regime político. Além de se constituir numa posição relativamente difundida na teoria, esse tipo de raciocínio aparece também no debate político nacional, tal como expresso na controvérsia recente estatismo *versus* privatismo, em que a expansão da intervenção do Estado na economia foi questionada como um obstáculo à constituição de um regime democrático.

O fato de aceitarmos os pressupostos da análise desenvolvida por Fábio Wanderley Reis naqueles aspectos que ressaltamos acima não implica, porém, uma defesa irrestrita do alcance dos estágios de desenvolvimento político propostos pelo autor no que diz respeito ao entendimento de processos sociais e políticos reais, crítica esta que Schwartzman também levanta no decorrer de sua argumentação.

Quando consideramos as colocações de Fernando Henrique Cardoso (1975, esp. caps. V e VI), um ponto fica desde logo evidente, qual seja o da ênfase conferida à importância de se adotar uma perspectiva que dê conta das relações Estado/Sociedade, em primeiro lugar, sem desvinculá-las de seu contexto histórico e, em segundo, tomando-as como processos mutuamente implicados. Isso significa que, num determinado momento, ou mesmo como regra geral, deve-se ponderar os ganhos da atividade estatal nas suas relações com o setor privado, bem como, por outro lado, as maneiras pelas quais este consegue fazer-se representar dentro dos parâmetros definidos pelo sistema.

£ neste sentido que a ideia de anéis burocráticos ganha relevo na análise do autor, não como uma novidade em termos da possibilidade de acesso de grupos privados ao Estado, mas como um canal privilegiado de negociação e influência dadas as características do sistema político num contexto autoritário, que implica um controle mais rígido sobre os recursos de representação.

É verdade que, historicamente, esse padrão de negociação direta entre grupos privados e setor público tem uma longa vigência, tendo sido implantado na década de 30 e aperfeiçoado no Estado Novo. Porém, ao longo do tempo, com o desenvolvimento do capitalismo industrial, a expansão e diferenciação das estruturas de poder paralelamente à setorização da atividade privada tornam este formato de articulação Sociedade/ Estado cada vez mais complexo e recorrente. O mesmo se pode dizer da estrutura corporativa implantada no Estado Novo e seus atuais contornos, no sentido de que a função precípua de controle estatal hierárquico sobre as formas de organização de grupos privados sofreu um processo de crescente atenuação, dado o surgimento de uma série de associações de interesse paralelas à estrutura sindical oficial, cuja força, em alguns casos, é bastante ponderável.

Com esta proposta de uma visão integrada, expressa, entre outras, através da noção de anéis burocráticos, o autor procura refutar toda uma linha de análise, que, visualizando as relações Estado/Sociedade através de polaridades, acaba por explicar a força de um dos elementos pela fraqueza do outro, e vice-versa. Portanto, trata-se de mais um esforço de escapar às duas posições extremas de pensar o Estado ora como um aparelho controlado por um estamento burocrático, ora como reflexo do interesse de grupos dominantes na sociedade.

Finalmente, gostaríamos de situar de forma mais sistemática nossa própria perspectiva face a esta gama de colocações, que evidentemente não pretende ser uma argumentação conclusiva senão apenas a aceitação de um desafio que, como bem o lembrou Simon Schwartzman, trata-se apenas de uma maneira de recomeçar um debate cuja relevância consiste exatamente no fato de trazer a reflexão para o seio da problemática política brasileira atual e os prospectos de sua evolução futura. Foi dentro de um veio sobre as relações entre Estado e sociedade que nos propusemos a investigar o papel e a atuação do empresariado brasileiro frente ao Estado em pesquisa por nós dirigida nos anos 75/76 no IUPERJ.

Foi exatamente num contexto de reflexão sobre as perspectivas de abertura e fechamento do sistema político que se nos colocou o papel dos grupos industriais privados nacionais de vez que a equação comumente exposta na literatura situa a hegemonia burguesa como uma das condições precípuas de formatos democráticos do sistema político. Cabe a pergunta: por que a burguesia e não outro grupo qualquer?

A resposta a esta pergunta nos remeteu a um parodoxo presente nas formulações que permeiam a literatura. Em certo sentido, a expectativa do encaminhamento do sistema em direção a formatos mais abertos de participação está calcada no desdobramento de conflitos entre a burguesia e o Estado, sobre cuja centralidade não se tem muita base empírica de avaliação. Em outros termos, dado que o eixo do conflito pode estar localizado em torno da dinâmica de outros grupos, quer dizer da possibilidade de reativação dos mecanismos da sociedade civil fundada, além do mais, na atuação de um grupo consensualmente apontado como fraco, desorganizado e com baixo poder de influência frente ao Estado?

Em vista da dúvida sobre a possibilidade de ser a burguesia o suporte de um novo modelo político, procuramos traçar, a partir de sua emergência no cenário político, o padrão de suas relações com o Estado e as características de sua formação, composição e atuação enquanto classe. Observe-se que procuramos nos situar dentro da ótica da própria burguesia, fugindo ao jargão do equacíonamento da não hegemonia em termos de passividade política.

Indo além (ou aquém) da não hegemonia burguesa, não muito para nossa surpresa, os dados sugeriram uma tendência bastante diversa daquela apontada pela literatura. Foi-nos possível, desta forma, detectar pelo menos um setor de elite desta burguesia que revelou certa capacidade de formalização de demandas e de organização, não apenas explorando os recursos de poder disponíveis em dado momento, como também ampliando-os e criando formas alternativas de acesso. Em seu esforço de adaptação a um estilo restrito de participação definido pelo Estado, a burguesia foi capaz de criar um espaço político próprio, que, apesar de ter sofrido oscilações ao longo do tempo, na verdade, no mais das vezes, tendeu a reforçar o formato elitista e autoritário do sistema político. Houve casos, como o do recente fechamento do processo decisório no governo Geisel em que, em vista da contração deste espaço político, a insatisfação da burguesia (ou de setores dela) teve reflexos sobre a coalização civil de apoio ao governo. Porém, sempre prevalece a possibilidade de recomposição em vista do atendimento de algumas demandas económicas que frequentemente permanecem subjacentes às pressões por liberalização política.

A possibilidade de apreender mecanismos como esse está de alguma forma relacionada com uma maneira particular de conceber as relações Estado/Sociedade. Em primeiro lugar, deve-se encarar os processos políticos e societais em sua inter-

dependência, ou seja, não se trata apenas de considerar que a primazia de um dos termos é algo a ser determinado empiricamente, senão que, em admitindo o papel ativo e preponderante do Estado num dado momento histórico, tentar preservar a identidade dos processos sociais, pelo menos em sua capacidade real ou potencial de iniciação de conflitos que possam evoluir numa direção não contida nos parâmetros do modelo original. Desta forma, sem nos preocuparmos com a ideia de estágios sucessivos, ou mesmo com características inerentes à cultura política, pode-se ter uma medida dos ganhos, para um determinado setor social ou para a sociedade como um todo, em termos de arranjos institucionais e recursos políticos num dado momento. Em outras palavras, a questão que se coloca, não é a de pensar a transformação do sistema em termos de ciclos alternativos caracterizados pela preponderância de um ou outro dos termos da relação, seja Estado/Sociedade, cooptação/representação, centralização/descentralização, poder público/poder privado, patrimonialismo/feudalismo etc. A questão é antes a de não se perder de vista a especificidade de cada um, ainda que o padrão envolvido possa ser o de subordinação de um dos pólos.

Intimamente relacionada a esse tipo de visão deve-se situar a tentativa de captar a diferenciação do aparelho de Estado e do setor privado como processos interdependentes que, ainda não constitua novidade em termos analíticos, merece ser apontada como uma forma capaz de dar conta dos múltiplos formatos de vinculação possíveis de ocorrer, sem esgotar a visão dessas vinculações no âmbito do controle do Estado sobre o sistema social. Mesmo porque a prevalência de uma visão identificada unilateralmente com o Estado pode levar, na prática, a considerá-lo como um bloco unitário, caracterizado por um alto grau de coerência interna, perdendo-se de vista toda a riqueza de detalhes envolvida com aspectos como a competição interburocrática, superposição de esferas de competência, alianças entre setores e subsetores da burocracia envolvendo ou não grupos privados, conflitos entre as esferas de atuação empresarial e de competência administrativa do Estado etc.

Esta foi a orientação que presidiu a análise dos dados empíricos levantados em nosso trabalho de pesquisa. A partir desta ótica, a questão da negociação entre setores privado e público dentro da burocracia estatal constituiu um dos aspectos centrais do nosso estudo. Tendo em vista a coerência com a perspectiva de incorporação na análise do dinamismo socíetal, a ideia de anéis burocráticos não foi utilizada com algumas das

implicações que transparecem no trabalho já citado de Fernando Henrique Cardoso (1975: 209) quais sejam, as de considerar a negociação do ângulo da cooptação do setor privado. A visão do processo de barganha via anéis burocráticos num estilo cooptativo tende a levar em conta apenas os ganhos para o setor público e as perdas para o setor privado, esquecendo que, com a fragmentação do aparelho de Estado e complexidade do processo decisório, a relação pode envolver ganhos e perdas para ambos os lados. Assim, se o Estado ganha em autonomia de decisão, perde em termos de sua capacidade de coordenação e de implementação da política económica, No que diz respeito ao setor privado, por outro lado, os ganhos em termos da garantia de determinadas demandas setoriais são favorecidos, ao mesmo tempo em que a fragmentação implica uma dificuldade de acesso aos núcleos centrais de poder, além de tornar cada vez mais distante a possibilidade de ação concertada da classe empresarial como um todo. Observe-se que a tendência de alguns estudos que tratam da formulação de política económica no Brasil enfatizaram apenas este último aspecto.[8]

Outro ponto realçado em nosso estudo tem a ver com a trajetória das organizações de classe da burguesia cujo papel, a partir do Estado Novo, tem sido apresentado na literatura como relativamente constante. Embora tenha havido uma superposição de mecanismos representativos sobre o modelo corporativo anterior, tendo este, na verdade, sido preservado em suas grandes linhas, é possível, principalmente após 64, identificar alterações substanciais em suas funções políticas face, por um lado, à perda de importância política de clientela via legislativo e por outro, pela busca de canais alternativos de acesso por parte dos setores mais dinâmicos do empresariado, na tentativa de fugir à rigidez da estrutura sindical. Pelo menos em três sentidos é possível atestar a complexidade crescente da estrutura empresarial de representação de interesse. Em primeiro lugar, restaura-se uma prática tradicional da política dos grupos de interesse, qual seja, a dos contatos diretos, porém revestida de um novo significado no contexto autoritário. Em segundo lugar, dentro da própria estrutura sindical observam-se mudanças no sentido da criação de sindicatos que se organizam em moldes nacionais, adquirindo força e autonomia próprias, o que leva a uma competição interna e até mesmo à quebra da estrutura hierárquica. Além disso, verifica-se que dentro da

8. Ver Nathaniel H. Leff, 1968, principalmente cap. VII e Thomas E. Skidmore, *Politics and economia policy making in authoritarian Brazil*, 1937-71, em Alfred Stepan (ed.), 1973.

estrutura sindical certas associações passam a ocupar papel de destaque no sentido de favorecer a carreira política de suas lideranças. Por último, pode-se apontar a proliferação de associações paralelas a estrutura corporativa com funções complementares, em alguns casos, com poder de barganha superior ao dos órgãos de classe tradicionais. Disto resulta um relativo esvaziamento da estrutura sindical em seu formato original, o que equivale a dizer que pelo menos atenuaram-se os controles exercidos de forma tradicional pelo Estado, tendo a burguesia alcançado uma relativa margem de manobra na utilização de recurso de poder.

O que informa a análise de processos como os acima descritos é a ideia antiga, porém freqüentemente relegada em análises empíricas, de que a capacidade de influência de um grupo não pode ser medida apenas pela correspondência biunívoca entre demandas e medidas políticas concretas, senão que se deve ponderar também a possibilidade de que estas demandas simplesmente contribuam para sedimentar informações e opções ao longo do tempo. Em outras palavras, uma perspectiva profícua nos parece ser a de focalizar a política da representação de interesses em termos da disputa por recursos de poder, que se traduz não só pela tentativa de influência direta sobre o processo decisório, mas também por procedimentos tão diversos e variados quanto tentar formar uma opinião dentro da elite dirigente (Leff, 1968), ou lançar campanhas amplas em torno de princípios gerais, porém com um apelo político bastante intenso, cujo objetivo é apenas revitalizar a posição relativa do grupo em questão.[9] Além disso, em termos de interferência no processo decisório, o que também não constitui novidade, um grupo pode não ter nenhuma capacidade de iniciativa, porém ter poder de negociação ou de veto em fases posteriores do processo.

Em conclusão a estas notas, que poderiam se prolongar numa série de direções dada a complexidade e a riqueza do tema, cumpre salientar que os esforços empíricos e teóricos já

---

9. A recente campanha contra a estatização da economia é um exemplo típico do procedimento a que nos referimos. Independente de medidas económicas concretas, um ganho da campanha por parte do empresariado foi a conquista do direito de voz do empresário em questões políticas. A legitimidade da atuação política da classe vinha passando por um processo de esvaziamento crescente, que pode ser evidenciado, por exemplo, pela ênfase no caráter técnico (e não político) das atividades dos órgãos de classe, mesmo daqueles mais dinâmicos e representativos como a ABDIB.

empreendidos em termos de reflexão sobre os caminhos futuros do sistema político e social brasileiro, seja através do debate que ora se trava, seja através de análises concretas, traduzem pelo menos uma visão mais conclusiva sobre os anseios de, sem descaracterizar o formato do sistema político, estarmos capacitados a perceber a vitalidade dos processos socíetais. A recente análise de Wanderley Guilherme dos Santos sobre o processo eleitoral brasileiro que culmina com as eleições de 76, ilustra com bastante propriedade esta tendência, cuja validade procuramos enfatizar ao longo do presente texto.

Em termos de análise do processo eleitoral, o que o autor sugere como central é a possibilidade de ocorrência de um voto de oposição independentemente das formações partidárias existentes, o que certamente faz com que a antítese situação *versus* oposição deixe de ser meramente formal e passe a ter expressão nas formações sociais existentes (Santos, 1977).

O argumento central que permeou esta revisão crítica da literatura consubstancia-se na busca de uma perspectiva analítica integrada que possa captar simultaneamente aqueles processos sociais que de alguma forma são condicionados pela ação do Estado e os processos sociais que independam dos limites por ele traçados. Se na ação concreta, o próprio Estado procura antecipar as tendenciais reais existentes dentro da sociedade, por outro lado atores sociais não só incorporam, em sua lógica de ação, alternativas que sejam diretamente dependentes da regulação do Estado, como também visualizam formas de ação que tenham como objetivo ou levar o Estado a uma redefinição de sua atuação em certas esferas, ou levá-lo a definir-se em áreas que até então escapavam de sua esfera de atuação. Um dos vícios da análise que privilegia o Estado consiste na ênfase dada às consequências, na sociedade, da ação estatal, na suposição de que o Estado é o *locus* de iniciação por excelência. Uma das vantagens da visão integrada que ora se propõe reside exatamente em se considerar o *locus* de iniciação não como um pressuposto da análise, mas como um objeto de investigação empírica.

Bibliografia

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência^ e desenvolvimento na América Latina, ensaio de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro, Zahar, 1970; CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes.* Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. As tradições do desenvolvimento associado. *Estudos CEBRAP* n.° 8, abr.-jun. 1974.

———. Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política. *In:* LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique. *Os partidos e as eleições no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

———. Notas sobre Estado e dependência. *Cadernos CEBRAP 11,* 1973.

MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia.* Lisboa, Cosmos, 1975.

REIS, Flávio Wanderley. Brasil: Estado e sociedade em perspectiva. *Cadernos DCP* 2, dez. 1974.

———•. Eleições em Minas Gerais. *In:* LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique. *Os partidos e as eleições no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

———. O institucional e o constitucional. *Cadernos DCP* 3, mar. 1976.

REZENDE, Fernando, MONTEIRO, Jorge Vianna, SURIGAN, Wilson, *et alii. Aspectos da participação do governo na economia.* Rio, IPEA, 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Paradigma e História, a ordem burguesa na imaginação social brasileira,* mimeo, IUPERJ, 1975.

SCHWARTZMAN, Simon. *Representação e cooptação política no Brasil. Dados* 7, Rio de Janeiro, 1970.

Bibliografia selecionada *

I. ANÁLISE DE TRANSFORMAÇÃO EM LARGA ESCALA DOS SISTEMAS POLITICO E SOCIAL BRASILEIROS

ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. Transformação política: Notas para teoria e mensuração. *In: Dados* 13, 1976.

BALÁN, Jorge (ed.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro.* São Paulo, Difel, 1974.

CAMARGO, Aspásía Alcântara de. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste.* These Doctorat, 3ème cycle, Univ. de Paris, 1974.

———. Autoritarismo e populismo: bipolaridade no sistema político brasileiro. *In: Dados* 12, 1976.

LEFF, Nathaniel H. *Economic policy-making and development' in Brazil.* New York, John Wiley and Sons, 1968.

MARTINS, Luciano. *Politique et développement economique. Structure de pouvoir et systeme de decisions au Brésil.* These de Doctorat d'État, Université de Paris, 1973.

REIS, Fábio Wanderley. *Politicai development and social class: brazilian authoritarianism in perspective,* Ph. D. Disertation, Harvard University, 1974.

SANTOS, Wanderley dos. Liberalism in Brazil: ideology and praxis. *In:* BLACKMAN, Morris, J. A. Helman Ronald G. (eds.). *Terms of Conflict Ideology, in Latin American Politcs.* Philadelphia, Institute for the Study of Human Issues, Inc., 1977.

SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional.* São Paulo, Difel, 1973.

* Incluso apenas trabalhos mais recentes.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil.* São Paulo, Difel, 1973.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.* São Paulo, Difel, 1976.

II. AUTORITARISMO, CORPORATIVISMO E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

———. *o modelo político brasileifo.* São Paulo, Difel, 1972.

ERIKSON, Kenneth Paul. Comporatism and Labor in Development. Contemporary Brazil: *issues in economic and politicai development.* New York, Praeger Publishers, 1972.

KAUFMAN, Robert R. *Authoritarianism and Industrial Change in México, Argentina and Brazil.* mimeo., s.d.

LINZ, Juan. *Authoritarian Regimes,* trabalho apresentado à Conferência sobre História e Ciências Sociais, Campinas, maio de 1975.

MALLOY, James M. (ed.). *Authoritarianism and corporatism in Latin America.* Pittsburg, University of Pittsburg Press, 1976.

0'DONNELL, Gillermo. Sobre o corporativismo e a questão do Estado. *Cadernos do DCP* 3, 1976.

SCHMITTER, Philippe C. *Interest conflict and politicai change in Brazil.* Stanford, Stanford University Press, 1971.

———. Still the Century of Corporatism? *The Review of Politics,* vol. 36, 1974.

STEFAN, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future,* New Haven, Yale University Press, 1973.

III. ATORES SOCIAIS ESPECÍFICOS FRENTE AO ESTADO

a) **Empi-esariado**

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento económico no Brasil. 2* ed., São Paulo, Difel, 1972a.

CERQUEIRA, Eli Diniz & BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado nacional* e Estado no Brasil, mimeo, IUPERJ (no prelo), 1976.

FARIA, Vilmar. Dependance et idéologie des dirigents industrieles brésiliens. *Sociologie du Travail,* n.° 3, junho, setembro, 1971.

GUIMARÃES, César. Empresariado, tipos de capitalismo e ordem política. *Dados,* 14, 1977.

MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento.* Rio de Janeiro, Saga, 1968.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Liberalism... op. cit.*

b) **Classes Médias**

PINHEIRO, Paulo Sérgio de Novaes Sarmento. *Classes médias urbanas: Formação, natureza, intervenção na vida política.* Mimeo, UNICAMP, junho, 1974.

c) Militares e Tecnocracia

CAMPOS, Coelho. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade, brasileira.* Rio de Janeiro, Forense, 1976.

MARTINS, Carlos Estevam. *Tecnocracia e Capitalismo.* São Paulo, CEBRAP, Brasiliense, 1974.

OLIVEIRA. Elíezer Rizzo de. ^4* *Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-69).* Petrópolis, Vozes, 1976.

STEPAN, Alfred. *The military in polítics. Changing Patterns in Brazil.* Princeton, Princelon University Press, 1971.

———. *Os militares na política.* Artenova S.A., 1975.

d) Operariado e Sindicato

ALMEIDA, Ma. Hermínia Tavares de. O sindicato no Brasil. Novos problemas, velhas estruturas. *Debate e Crítica* 6, 1975.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

e) Camponeses

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. *op. cit.*

VELHO, Otávio Guilherme, *op. cit.*

IV. TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO APARELHO DE ESTADO, PROCESSOS ELEITORAIS, PARTIDOS: A POLÉMICA ESTADO E SOCIEDADE

ABRANCHES, Sérgio Henriques. *Governo, empresa estatal e política siderúrgica no Brasil,* mimeo, FINEP, 1977.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento económico e estabilidade política.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique. Estado e sociedade no Brasil e A questão do Estado no Brasil, caps. V e VI. *In: Autoritarismo e Democratização.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

———. Estatização e autoritarismo esclarecido: Tendências e limites. *Estudos Cebrap, n.°* 15, fev.-mar. 1976.

LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro.* São Paulo, Perspectiva, 1975.

LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique (eds.). *Os partidos e as eleições no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil,* Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

REIS, Fábio Wanderley. Brasil: Estado e sociedade em perspectiva. *Cadernos do DCP* 2, dez., 1974.

REZENDE, Fernando *et alii. Aspectos de participação do governo na economia.* Rio de Janeiro, IPEA, Série Monográfica, n.° 26, 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro. *Dados* 14, 1977.

SCHWARTZMAN, Simon; REIS, Fábio Wanderley & CARDOSO, Fernando Henrique. As eleições e o problema institucional. *Dados* 14, 1977.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *op. cit.*
SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964).* São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

Pesquisas em andamento no lUPERJ relacionadas à temática

"Características Estruturais das Empresas e Padrão de Influência Política do Empresário", direção de Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi.

"Circulação de Elites, Autonomia e Poder Diferencial de Agências Governamentais", direção de Wanderley Guilherme dos Santos.

"Expansão do Estado e Articulação de Interesses", direção de César Guimarães.

"Processamento e Análise dos Dados ao Projeto Elite Administrativa e Desenvolvimento no Brasil", direção de César Guimarães.

"Caracterização dos Administradores Públicos de Alto Nível", direção de Renato Raul Boschi e Clea Sarmento Garbayo.

ANPOCS

bib

Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais

1